

Psicologia e Educação

## Políticas educacionais e Psicologia: Uma revisão da literatura

Carolina M. Moraes<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-3398-7000>

Leilanir de S. Carvalho<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-6350-560X>

Tatiane dos S. Costa<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-5532-4630>

Fauston Negreiros<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-2046-846>

Sandra Elisa de A. Freire<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-1083-6963>

**Para citar este artigo:** Moraes, C. M., Carvalho, L. S., Costa, T. S., Negreiros, F., & Freire, S. E. A. (2019). Políticas educacionais e Psicologia: Uma revisão da literatura. *Psicologia: Teoria e Prática*, 21(3), 228–254.

**Submissão:** 02/10/2018

**Aceite:** 03/06/2019



Todo o conteúdo de *Psicologia: Teoria e Prática* está licenciado sob Licença Creative Commons CC – By 3.0

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI, Brasil.

### Resumo

Trata-se de uma revisão de literatura sobre os estudos das políticas educacionais e sua relação com a Psicologia Escolar e Educacional. O estudo é de natureza exploratório-descritiva. Após o refinamento a partir dos critérios de inclusão/ exclusão, restaram 23 artigos categorizados de acordo com os aspectos gerais (ano de publicação e país de origem do estudo) e quanto ao foco dos estudos encontrados. Pode-se constatar que houve um aumento de pesquisas sobre o fenômeno a partir de 2011 e que a maioria dos estudos era originária de países da América Latina, principalmente do Brasil. A maioria dos estudos abordou unicamente políticas educacionais, contudo houve também pesquisas correlacionadas com outras políticas. A investigação quanto à intercessão entre políticas educacionais e Psicologia Escolar e Educacional ainda é incipiente.

**Palavras-chave:** políticas públicas; políticas educacionais; Psicologia Educacional; Psicologia Escolar; atuação do psicólogo.

## EDUCATIONAL POLICIES AND PSYCHOLOGY: A LITERATURE REVIEW

### Abstract

This is a literature review on the study of Educational Policies and its relation to School and Educational Psychology. The study is exploratory-descriptive in nature. After meeting the inclusion/exclusion criteria, there were a total of 23 articles categorized according to the general aspects (year of publication and country of origin of the study) and the focus of the studies. There was an increase in research on the topic since 2011, and that most of the studies were from Latin American countries, mainly in Brazil. Most of the studies addressed only educational policies. However, there were also research correlated with other policies. Research on the intersection between Educational Policies and School and Educational Psychology is still incipient.

**Keywords:** public policies; educational policies; educational psychology; school psychology; psychologist's performance.

## POLÍTICAS EDUCACIONALES Y PSICOLOGÍA: UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA

### Resumen

Se trata de una revisión de literatura sobre los estudios de las políticas educativas y su relación a la Psicología Escolar y Educacional. El estudio es de carácter exploratorio-descriptivo, en el cual se utilizaron las bases de datos consagradas. Después del

refinamiento a partir de los criterios de inclusión/exclusión, quedaron 23 artículos categorizados de acuerdo con los aspectos generales (año de publicación y país de origen del estudio) y en cuanto al foco de los estudios encontrados. Se puede constatar que hubo un aumento de investigaciones sobre el fenómeno a partir de 2011, y que la mayoría de los estudios eran originarios de países de América Latina, principalmente de Brasil. La mayoría de los estudios abordaron únicamente políticas educativas, pero también se realizaron investigaciones correlacionadas con otras políticas. La investigación sobre la intercesión entre políticas educativas y Psicología Escolar y Educacional sigue siendo incipiente

**Palabras clave:** políticas públicas; políticas educativas; Psicología Educacional; Psicología Escolar; actuación del psicólogo.

## 1. Introdução

O conceito de políticas públicas é amplo, pois envolve ações governamentais diversas, além do envolvimento de entidades, grupos e da população em geral (Momma, Cardoso, & Bryan, 2013). Em linhas gerais, as políticas públicas consistem em ações diversificadas e específicas, regulamentadas por diretrizes documentais, cujo objetivo é fornecer respostas às demandas da sociedade e garantir os direitos sociais em diversas áreas, como saúde, trabalho e educação. Essas políticas vão se moldando conforme o país, a cultura e a dinâmica social, ganhando características próprias conforme as necessidades vigentes (Teixeira, 2002; Secchi, 2014; Fernandes & Mélo, 2016).

Para a compreensão de políticas públicas, este estudo foi pautado na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. Considera, portanto, que os objetos são sínteses de múltiplas determinações e que para explicá-los é importante considerar três dimensões: a História, a totalidade e as contradições (Meira, 2014; Vygotsky, 2007).

O cenário histórico em que as políticas públicas ganharam forma é um importante elemento para o entendimento da relação entre esse objeto e outros. Com a liberalização do mercado iniciada no século XVI, intensificou-se a defesa do mínimo de intervenção na economia e na sociedade (Santos, 2017). Houve, com isso, o crescimento e a acumulação do capital e a superprodução de bens que culminou, em 1929, na maior crise da história do capitalismo e na deflagração de guerras, como a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria e tantos outros conflitos entre países nos anos que se seguiram. O resultado foi a transição hegemônica de poder e o extermínio de milhares de pessoas (Barroco, Matos, & Orso, 2018).

As relações objetivas estabelecidas por tais contextos revelam um modo de produzir vida extremamente injusto e excludente. Se, por um lado, há o acirramento de conflitos entre países, a violência, o desmantelamento de Estados nacionais, a destruição do meio ambiente e ataques aos direitos sociais, emerge, por outro, a expropriação de recursos e riquezas de países periféricos. Ainda há a acumulação de capital nas mãos de uma minoria e a busca por estabelecer sucessivos acordos e alianças entre as nações na intenção de promover a paz e o desenvolvimento social, sem, contudo, fomentar transformações efetivas nas desigualdades e na estrutura social, deixando evidentes as relações de contradição dessa forma de organização econômica e social (Barroco et al., 2018).

Diante das mazelas enfrentadas pela sociedade nos períodos pós-guerra, as políticas públicas passaram a ganhar força. O contexto econômico e político passou a requerer do Estado uma maior intervenção na regulação das relações sociais, tendo em vista diferentes interesses e a garantia do bem-estar social. Nesse sentido, essas políticas não nasceram do acaso, mas de demandas por proteção social em um dado momento histórico, e expressam uma forma de organização social e das relações de produção, e reproduzem, assim, realidades objetivas (Leonardo, Rossato, & Constantino, 2018).

Dessa forma, as políticas educacionais resultam da necessidade de garantir aos cidadãos o direito à educação e a capacidade de lutar por maior qualidade de vida e condições reais de desenvolvimento humano; as políticas educacionais instituem as práticas educativas e interferem diretamente no desenvolvimento dos indivíduos e das atividades dentro do sistema educacional (Zibetti, Pacífico, & Tamboril, 2018).

Para Lessa e Tonet (2013), com a universalização da educação ocorrida na década de 1930, sob a égide do bem-estar social, propagou-se um discurso de justiça social, distribuição de renda e possibilidade de ascensão social por meio da educação. Os autores advertem, contudo, que, embora se tenha aberto o acesso dos filhos de trabalhadores aos sistemas de educação, a razão para isso não partiu da necessidade de diminuir a participação diferenciada entre classes, mas da exigência do sistema capitalista por mão de obra qualificada.

O resultado disso, segundo Santos (2017), é um duplo modelo de educação sistematizada, um para a classe mais abastada e outro para a sociedade propriamente dita, os trabalhadores, de forma que o “desempenho escolar determina se a

criança seria educada para atividades profissionais, cursos profissionalizantes ou para as universidades” (Lessa & Tonet, 2013, p. 33). Desse modo, diante de tais contradições, é evidente que as desigualdades entre escolas têm sido produto e produtora da manutenção das desigualdades entre as classes.

No Brasil, durante o século XX, surgiram diversas proposições incipientes do Estado quanto a uma educação formal, embora tenha sido apenas no final desse século, com o fim do regime ditatorial, a reabertura política e econômica e os intensos movimentos de luta pelos direitos sociais, que a educação escolar passou a ser um direito assegurado a todos os cidadãos (Zibetti et al., 2018). Com a promulgação da Constituição Cidadã em 1988, o Estado passou a assumir responsabilidades sobre as complexas demandas sociais e as políticas públicas no campo da educação, que passaram a ter bases constitucionais efetivas. Foi por meio de uma série de marcos regulatórios que leis e estatutos, atribuições agora dadas a diversos órgãos e instâncias federativas, foram estabelecidos, bem como os procedimentos e o financiamento a serem instituídos (Barroco et al., 2018).

É a partir desse contexto, com a organização de grandes eixos de políticas públicas, que a Psicologia passou a ganhar espaço e a ser requerida nas esferas da educação, da saúde e da assistência social. Evidencia-se, aí, não somente o movimento da Psicologia em direção a essas políticas, mas também se iniciam mudanças quanto ao *status* social dessa ciência. Se, nas primeiras décadas do século XX, a Psicologia estava aliada à classe dominante, no fim do século, ela se volta ao atendimento às camadas populares, havendo com isso a chamada proletarização das atividades profissionais (Barroco et al., 2018).

As considerações até aqui expostas, embora de modo sucinto, são elementos importantes para a compreensão de que o fenômeno estudado não ocorre isoladamente, mas está em constante movimento, numa relação dialética de interdependência e reciprocidade. As políticas públicas produzem e reproduzem condições de vida, tanto determinam quanto são determinadas pelos sujeitos que delas usufruem, e só podem ser compreendidas se forem integradas ao todo, ou seja, à sua materialidade histórica e aos conceitos com os quais formam unidade, recebendo, assim, um significado autêntico (Kosik, 1965). A introdução da Psicologia nesse complicado contexto tem implicações importantes para as decisões em políticas públicas na educação e deve ser estudada.

Ante o assinalado, o presente estudo tem por objetivo realizar uma revisão de literatura acerca das políticas educacionais que vêm sendo alvo de pesquisas nos últimos dez anos, com vista a verificar em que medida tem sido estabelecida a relação com a Psicologia Escolar e Educacional. Para tanto, será exposto a seguir o percurso metodológico adotado, bem como os resultados obtidos, a discussão da temática e a síntese integradora do que se pode constatar.

## 2. Método

Trata-se de uma revisão de literatura, de natureza exploratório-descritiva, sobre as políticas públicas educacionais na interface com a Psicologia Escolar e Educacional. O procedimento metodológico para a coleta das informações foi: 1. seleção da temática e elaboração do problema de pesquisa; 2. busca na literatura e delimitação dos descritores; 3. busca nas bases de dados; 4. extração dos artigos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos; 5. análise e sínteses dos dados obtidos; 6. produção dos resultados e publicação.

As bases de dados consultadas foram: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Scopus, Web of Science, Medline (Pubmed) e ScienceDirect. Para selecioná-las, foi feita a consulta ao Portal de Periódicos Capes sobre o tema, a fim de identificar as bases de dados que indexam artigos sobre o assunto, dentre as quais foram selecionadas cinco. A busca foi realizada por meio do acesso ao endereço eletrônico dessas bases. Os descritores e operadores booleanos utilizados foram: (“Public Policy” OR “Public Policies”) AND “Educational Policies” AND (“Educational Psychology” OR “School Psychology”).

Como critério de inclusão, consideraram-se artigos que apresentassem estudos teóricos e empíricos, publicados entre janeiro de 2008 e dezembro de 2017, em português, inglês ou espanhol. Excluíram-se livros, teses, dissertações ou outras publicações que não estavam disponíveis na íntegra, assim como estudos que não envolviam políticas educacionais como objeto de estudo. Optou-se pelo formato de artigo por ser um tipo de publicação que revela um trato analítico sistemático calcado em um processo editorial, pois, para a sua aprovação, há uma avaliação feita por pareceristas *ad hoc*.

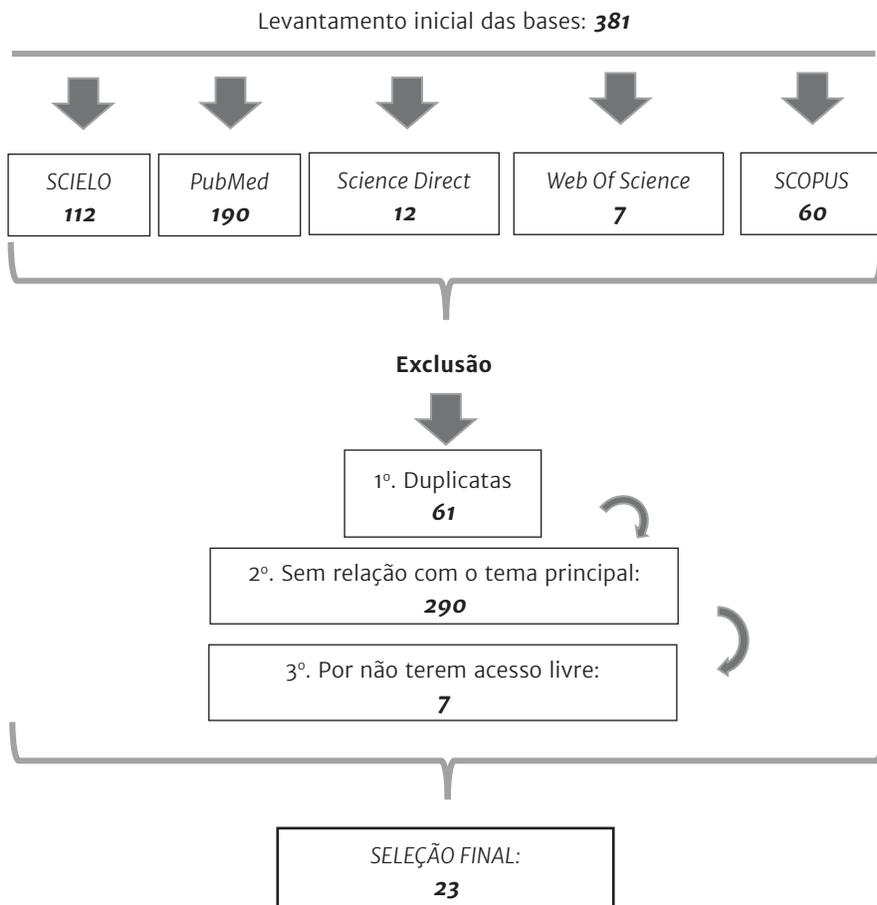


Figura 2.1. Levantamento das bases.

Localizaram-se 381 artigos, dentre os quais foram excluídos 290 por não terem relação com o tema principal, 61 por duplicata e sete por não terem acesso livre às bases. As duplicatas descartadas foram realizadas de maneira randômica, como mostra a Figura 2.1. A amostra final foi constituída por 23 artigos, lidos integralmente e analisados quanto aos aspectos gerais – o ano de publicação e o país de origem do estudo – e também acerca da identificação das principais políticas educacionais enfocadas e suas problematizações. A partir desse extrato, surgiram três categorias analíticas: políticas educacionais propriamente ditas; políticas edu-

cacionais correlacionadas a outras políticas; e relação entre políticas educacionais e Psicologia Escolar e Educacional.

### 3. Resultados

Quanto aos aspectos gerais, não foram encontradas pesquisas sobre o assunto nos anos de 2008, 2009 e 2010 – a partir de 2011 existem estudos. Observou-se certa estabilidade no que se refere ao número de publicações nos anos subsequentes, variando de um a seis artigos. Destaca-se, contudo, o ano de 2012 com 11 artigos do referido tema. Como mostra a Figura 3.1.

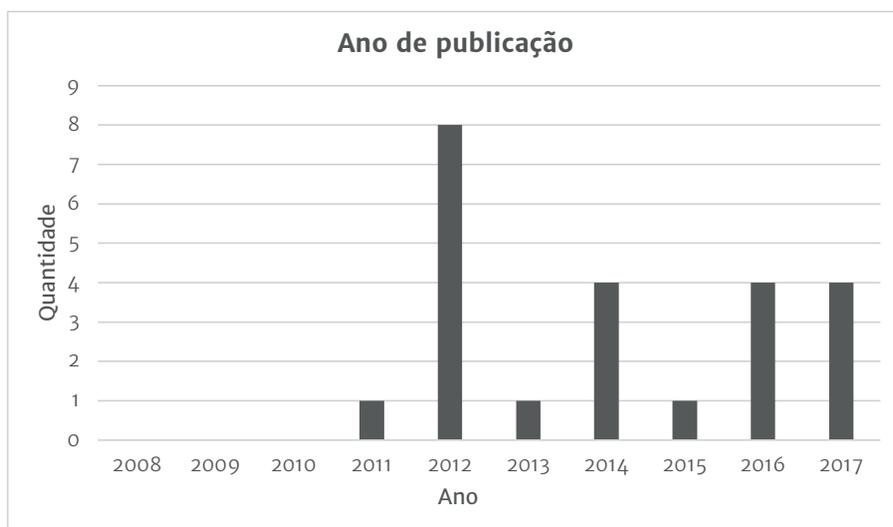


Figura 3.1. Ano de publicação.

No que se refere à origem dos estudos, foram encontrados oito países: Brasil, Chile, Portugal, Uruguai, Canadá, Estados Unidos, Finlândia e Argentina. Houve uma maior prevalência de estudos concentrados em países da América Latina. É importante apontar que o Brasil foi o país onde houve o maior número de estudos, com o total de 16, sendo três deles correlacionados com outros países, um com Portugal, um com Argentina e outro com a Finlândia. Houve, ainda, estudos correlacionais entre Chile e Uruguai.

A título de informação, quanto aos aspectos metodológicos dos estudos, foram encontradas 16 pesquisas teóricas, ou seja, estudos que realizaram uma

análise de documentos ou literaturas acerca das políticas educacionais. São elas: Pretto (2011), Bentancur e Nicolás (2012), Guzzo, Menzzalira e Moreira (2012), Munhoz e Melo-Silva (2012), Farenzena (2012), Guimarães (2012), McDonald (2012), Cloth et al. (2014), Werle (2014), Tello e Almeida (2014), Oliveira e Scortegagna (2015), Catellane e Zibetti (2016), Marcon, Prudêncio e Gesser (2016), Antunes e Peroni (2017), Fajardo (2017) e Jorquera-Martínez (2017). Além dessas pesquisas, há sete outras de caráter empírico: Vaillant (2012), Sarmiento e Fossatti (2012), Amaral e Monteiro (2013), Castro et al. (2014), Patrício (2016), Ferreira, Amorim, Mäkinen e Moura (2016) e Matiello et al. (2017). Dessas pesquisas, seis descreveram o uso de abordagem qualitativa (Bentancur e Nicolás, 2012; Amaral & Monteiro, 2013; Oliveira & Scortegagna, 2015; Patrício, 2016; Fajardo, 2017; Jorquera-Martínez, 2017) e duas trataram da abordagem mista (Vaillant, 2012; Castro et al., 2014), enquanto as demais não sinalizaram o tipo de abordagem empregada no estudo (ver Tabela 3.1).

Tabela 3.1. Caracterização dos estudos.

<b>ID</b>	<b>Autor</b>	<b>País</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Política educacional</b>
1	Pretto (2011)	Brasil	Desenho de uma visão panorâmica do desenvolvimento científico e tecnológico, do sistema de comunicação planetário e das diversas linguagens (co) existentes que se articulam de forma intensa a partir da enorme presença das tecnologias digitais, mais especificamente as de informação e comunicação.	Estudo teórico. Análise documental.	Programa Cultura Viva (Ministério da Cultura); Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva.

(continua)

Tabela 3.1. Caracterização dos estudos.

<b>ID</b>	<b>Autor</b>	<b>País</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Política educacional</b>
2	Antunes e Peroni (2017)	Brasil e Portugal	Análise dos modos e sentidos em que o Estado assume novos papéis, em alguns casos financiando, enquanto em outros o financiamento é privado. Em alguns casos, permanecendo o Poder Público no controle e em outros assumindo o privado a direção e o controle das políticas.	Estudo teórico. Análise de estudos.	Políticas educacionais no âmbito público versus privado.
3	Bentancur e Nicolás (2012)	Uruguai	Descrição e explicação da dinâmica e dos processos de políticas educacionais nacionais, políticas específicas, mas para fornecer uma imagem estática o mais fiel possível aos seus marcos – a “topografia” – assim como para pavimentar essa tarefa em desenvolvimentos posteriores.	Estudo teórico. De abordagem qualitativa. Análise da topografia entre as instituições educacionais; os atores envolvidos e as ideias propostas pelas políticas.	Análise do processo político de construção das políticas educacionais e as características fundamentais.
4	Farenzena (2012)	Brasil	Discussão do papel exercido pela União no financiamento da educação básica.	Estudo teórico. Análise documental.	Programas de assistência financeira aos estados e municípios.

(continua)

Tabela 3.1. Caracterização dos estudos.

<b>ID</b>	<b>Autor</b>	<b>País</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Política educacional</b>
5	Guimarães (2012)	Portugal	Discussão da política pública de educação e formação de adultos, em resultado da adoção do Saber Mais: Programa para Desenvolvimento e Expansão da Educação e Formação de Adultos 1999–2006, após 1999, e da Iniciativa Novas Oportunidades, depois de 2005.	Estudo teórico. Análise documental sobre a política de educação para jovens/adultos.	Programa para Desenvolvimento e Expansão da Educação e Formação de Adultos (Saber Mais) e Iniciativa Novas Oportunidades.
6	Munhoz e Melo-Silva (2012)	Brasil	Identificação das bases legais da preparação para o trabalho no contexto escolar brasileiro; contribuição para a compreensão da educação para a carreira como modalidade de orientação profissional e de carreira, na preparação para o trabalho dos alunos no contexto da educação básica.	Estudo teórico. Análise documental em textos disponíveis nos portais do Ministério da Educação (MEC), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), da Câmara dos Deputados e do Senado.	Educação profissional.
7	Guzzo, Mez-zalira e Moreira (2012)	Brasil	Aprofundamento do debate que vem crescendo entre os psicólogos brasileiros a respeito da sua inserção nas políticas públicas educacionais.	Estudo teórico. Análise documental e interpretação dos resultados pelo modelo construtivo-interpretativo elaborado por González-Rey.	Inserção de psicólogos nas políticas públicas.

(continua)

Tabela 3.1. Caracterização dos estudos.

<b>ID</b>	<b>Autor</b>	<b>País</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Política educacional</b>
8	Sarmiento e Fossatti (2012)	Brasil	Explicação dos saberes docentes que permeiam as práticas educativas de professores que exercem a docência em escolas de educação infantil no Brasil.	Estudo empírico. Pesquisa-ação colaborativa. Participantes: professoras da educação infantil. Instrumentos: questionário e ações formativas.	Programa de Formação Continuada “Escola em Movimento: Saberes e Fazeres em Cena”.
9	Vaillant (2012)	Chile e Uruguai	Aprofundação, um dos fatores-chave da governança educacional. Incentivo a professores para discutir em que medida eles podem ser uma ferramenta eficaz para melhorar a qualidade e a equidade nos sistemas educacionais.	Estudo empírico. Estudo comparativo internacional; abordagem mista de técnicas quantitativas e qualitativas; uma análise econométrica das correlações dos resultados do teste PISA.	Rede Global de Desenvolvimento intitulada “A prestação de serviços públicos na educação básica: arranjos institucionais, governança e resultados educacionais no Chile e no Uruguai”.
10	McDonald (2012)	Estados Unidos	Explicar sobre ajudas internacionais pode contribuir para transferências internacionais de políticas e formação, e suas implicações para cultura de uma nação.	Estudo teórico. Revisão de literatura.	Política educacional internacional de transferência de políticas e formação.

(continua)

Tabela 3.1. Caracterização dos estudos.

<b>ID</b>	<b>Autor</b>	<b>País</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Política educacional</b>
11	Amaral e Monteiro (2013)	Brasil	Verificar se as condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família, quanto à frequência escolar, estão realmente funcionando.	Estudo empírico. De abordagem qualitativa. Participantes: 15.426 famílias. Instrumentos: Entrevista e Análise do banco de dados proveniente da Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família (AIBF) de 2005 e 2009 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).	Programa Bolsa Família.
12	Cloth et al. (2014)	Canadá	Revisão atualizada das práticas do Estado em relação ao uso e à interpretação da cláusula, que não foi conduzida desde 1994.	Estudo Teórico. Análise documental sobre a política para crianças especiais. Pesquisa de documentos, leis e sites de outros países.	Política de inserção de crianças com “desajustes sociais” como crianças especiais.
13	Castro et al. (2014)	Brasil	Caracterização da gestão, do funcionamento e dos cardápios do Programa Nacional de Alimentação Escolar em escolas Kaingang do Rio Grande do Sul, Brasil.	Estudo empírico. De natureza transversal e abordagem mista. Participantes: 35 escolas indígenas localizadas nas 12 terras indígenas Kaingang.	Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

(continua)

Tabela 3.1. Caracterização dos estudos.

<b>ID</b>	<b>Autor</b>	<b>País</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Política educacional</b>
14	Werle (2014)	Brasil	Discussão do panorama da educação brasileira, destacando os processos de avaliação em larga escala implementados nas décadas de 1990 e 2000.	Estudo teórico. Análise documental.	Análise das políticas públicas educacionais do Brasil.
15	Tello e Almeida (2014)	Brasil/ Argentina	Apresentação dos resultados parciais de uma pesquisa que examina as continuidades e rupturas da relação entre a política educacional e a profissionalização docente no período de 1990-2012 na América Latina.	Estudo teórico. Análise textual segundo Rolland Paulston, com base em 14 documentos do Banco Mundial (BM), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe (Preal) de modo longitudinal, desde 1990 até 2012. Nos países: Peru, Chile, México, Brasil, Colômbia e Equador.	Políticas educacionais no âmbito da profissionalização docente na América Latina/ Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe (Preal).

(continua)

Tabela 3.1. Caracterização dos estudos.

<b>ID</b>	<b>Autor</b>	<b>País</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Política educacional</b>
16	Oliveira e Scortegagna (2015)	Brasil	Reflexão sobre a educação como uma possibilidade de capacitação de adultos mais velhos, identificar universidades abertas para os adultos mais velhos como um espaço para a educação não formal e de intervenção da pedagogia social voltada à terceira idade.	Estudo teórico. De abordagem qualitativa, Revisão bibliográfica.	Universidade Aberta para a Terceira Idade.
17	Marcon, Prudêncio e Gesser (2016)	Brasil	Análise da produção de conhecimento em diversidade sexual na escola desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, com foco na relação entre os documentos oficiais e em como é produzido o conhecimento, no conceito de gênero utilizado nesse processo, bem como no mapeamento, por meio de tal produção, das práticas educativas.	Estudo teórico. Revisão integrativa do conhecimento que abrangeu artigos científicos publicados nas bases de dados SciELO, PeP-SIC e Lilacs entre os anos de 1997 e 2013.	Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e práticas educativas, no que tange ao ensino da educação sexual.

(continua)

Tabela 3.1. Caracterização dos estudos.

<b>ID</b>	<b>Autor</b>	<b>País</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Política educacional</b>
18	Catellane e Zibetti (2016)	Brasil	Problematização das políticas públicas voltadas ao atendimento de estudantes dos anos finais do ensino fundamental, a fim de refletir sobre propostas desiguais de atendimento a jovens de diferentes segmentos sociais.	Estudo teórico. Análise de estudos.	Programas de correção de fluxo ou do encaminhamento dos estudantes para a EJA.
19	Patrício (2016)	Brasil	Análise da percepção de professores da rede pública de ensino de Fortaleza (Brasil) sobre o rádio educativo e a orientação que eles adotam no desenvolvimento das atividades curriculares.	Estudo empírico. De abordagem qualitativa. Instrumentos: 124 entrevistas, com coordenadores do Mais Educação, professores e estudantes, em 21 escolas integradas ao Programa Mais Educação (PME).	Programa Mais Educação (PME).
20	Ferreira, Amorim, Mäkinen e Moura (2016)	Brasil/ Finlândia	Contribuição para a construção de conhecimento prático, apresentando um estudo dentro da perspectiva teórica sobre a Rede de Significados que pode ajudar os profissionais a estruturar suas práticas em ambientes escolares.	Estudo empírico. Pesquisa de campo sobre prática de psicólogos nos ambientes escolares. Instrumentos: diário de campo e observação.	Psicólogos da educação nas escolas, destacando as possibilidades e contribuições para as questões, com foco no desenvolvimento humano e não nos serviços clínicos/de saúde na escola.

(continua)

Tabela 3.1. Caracterização dos estudos.

<b>ID</b>	<b>Autor</b>	<b>País</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Política educacional</b>
21	Fajardo (2017)	Chile	Localização no que se refere à inclusão educacional em instituições de ensino superior (IES), internacional e nacionalmente, da implementação das políticas públicas educacionais, as normativas e as normas internacionais, nacionais, setoriais em educação e as políticas das instituições de ensino superior que possibilitaram a criação de observatórios, comissões, agências, redes institucionais e interinstitucionais, comissões, programas e modelos de cuidados para pessoas com deficiência em vários países ibero-americanos.	Estudo teórico. De abordagem qualitativa, a partir da análise documental (artigos, teses, dissertações).	Inclusão educacional de pessoas com deficiência.
22	Jorquera-Martínez (2017)	Chile	Caracterização dos dispositivos da política pública que avaliam o ajuste que eles têm na função da garantia do direito à instrução desse grupo da população.	Estudo teórico. Abordagem qualitativa. Instrumento: análise de documentos oficiais e os Planos Anuais de Educação (Padem) disponíveis nos sites oficiais dos municípios.	Planos Anuais de Educação (Padem).

(continua)

Tabela 3.1. Caracterização dos estudos.

<b>ID</b>	<b>Autor</b>	<b>País</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Política educacional</b>
23	Matiello et al. (2017)	Brasil	Explicação de particularmente três desses instrumentos: Walkthrough, Mapeamento Visual e Jogo da Memória, que foram adaptados para o ambiente urbano e o contexto escolar.	Estudo empírico. Participantes: grupos de usuários do ambiente (crianças etc.). Instrumentos: Walkthrough, Mapeamento Visual e Jogo da Memória.	Educação integral.

Quanto às políticas educacionais com foco nos estudos, constatou-se uma diversidade de políticas-alvo de pesquisas que serão aqui descritas, considerando três categorias analíticas, descritas a seguir. No que diz respeito às políticas educacionais propriamente ditas, essa categoria foi a que agrupou o maior número de estudos ( $n = 17$ ). Foram considerados aqui estudos que enfocaram unicamente algum tipo de política educacional. Obtiveram-se, então, pesquisas cujo escopo referia-se aos planos anuais, currículos e sistemas de avaliação e temas transversais, como educação sexual (Bentancur e Nicolás, 2012; Jorquera-Martínez, 2017; Marcon et al., 2016, Werle, 2014). Verificaram-se ainda estudos sobre as políticas educacionais de formação de adultos, na educação básica e na educação superior, que discutem propostas desiguais de atendimento e intervenção em programas para desenvolvimento e formação de adultos (Guimarães, 2012; Oliveira & Scortegagna, 2015; Catellane & Zibetti, 2016).

Ainda nessa categoria, há as políticas educacionais de formação continuada e incentivo a professores, que discutem a prática e a profissionalização docente (Vaillant, 2012; Sarmiento & Fossatti, 2012; Tello & Almeida, 2014; Patrício, 2016). Há ainda as políticas educacionais de assistência financeira e educacional, que tratam do financiamento e monitoramento da educação pública (Farenzena, 2012; McDonald, 2012; Antunes e Peroni, 2017). As políticas educacionais de inclusão educacional de pessoas com deficiência abordam normativas, normas e leis nacionais e internacionais em educação e políticas das instituições de ensino que possibilitam a viabilização da criação de programas e modelos de cuidados para pessoas

com deficiência (Cloth et al., 2014; Fajardo, 2017). Por fim, constam as políticas educacionais relacionadas à alimentação escolar, que versam acerca da adaptação do cardápio à cultura dos estudantes (Castro et al., 2014).

No que se refere às políticas educacionais correlacionadas a outras políticas, foram identificadas pesquisas cujo enfoque contemplou a relação entre políticas educacionais e áreas afins ( $n = 4$ ), tais como assistência social, cultura, trabalho e arquitetura. Tais estudos abordam conteúdos educacionais a partir de programas que contemplam instrumentos de avaliação e percepção do espaço físico da escola, orientação e carreira profissional, e inclusão tecnológica e digital de estudantes (Preto, 2011; Munhoz & Melo-Silva, 2012; Matiello et al., 2017; Amaral & Monteiro, 2013).

No tocante à relação entre políticas educacionais e Psicologia Escolar e Educacional ( $n = 2$ ), os estudos encontrados discutiram sobre as políticas educacionais como um espaço profícuo para a inserção de psicólogos e delinear uma atuação no âmbito escolar com foco no desenvolvimento humano (Guzzo et al., 2012; Ferreira et al., 2016).

Diante dos resultados encontrados, constata-se que as políticas educacionais vêm sendo estudadas nos últimos anos sob diferentes enfoques. As pesquisas têm buscado não apenas a análise unicamente dessas políticas, mas também suas relações com outros campos do conhecimento. Estudos voltados à relação entre tais políticas e a Psicologia Escolar e Educacional são ainda incipientes.

#### 4. Discussão

Com base no levantamento de dados realizado, pode-se apresentar uma descrição abrangente sobre os estudos atuais relacionados às políticas educacionais e evidenciar que com a universalização da educação essas políticas têm gradativamente ganhado espaço na garantia de direitos civis (Lessa & Tonet, 2013). Tendo em vista a totalidade das políticas públicas educacionais, que são explicadas dialeticamente a partir da relação com demais objetos (Kosik, 1965), pode-se observar sua relação com o desenvolvimento econômico e os processos de reestruturação produtiva, pois, diante das novas e maiores exigências quanto à qualificação profissional, ou seja, de mão de obra, as políticas educacionais vêm se constituindo respostas não só para as demandas sociais, mas também para as econômicas.

No período estimado desta pesquisa (2008–2017), pode-se constatar que a quantidade de estudos em relação aos anos de publicação não está distribuída uniformemente, visto que não foram encontradas pesquisas a respeito entre 2008 e 2010. Evidenciou-se, contudo, que nos últimos anos os pesquisadores têm se dedicado sobre o estudo das políticas educacionais. Parte significativa das discussões aponta para uma gama diversificada de propostas e programas governamentais voltados ao campo da educação, que, apesar de se dedicarem a atender às demandas regionais de cada país, articulam-se em torno dos pressupostos estabelecidos por órgãos e programas internacionais, a exemplo do Banco Mundial, do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), da Organização das Nações Unidas (ONU/Unesco), do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) e outros (Zibetti et al., 2018).

As origens das pesquisas encontradas mostram que o fenômeno tem sido estudado principalmente por países da América Latina, como Brasil, Chile, Argentina e Uruguai. Destaca-se aqui o Brasil como o país com maior número de produções. Os estudos realizados por Antunes e Peroni (2017), Oliveira e Scortegagna (2015), Jorquera-Martínez (2017) e Vaillant (2012) promovem a reflexão sobre a democratização e ampliação dos direitos à educação e concluem que, com a crise do capitalismo, os países da América Latina, principalmente o Brasil (e também Portugal), vêm buscando dar respostas às demandas de suas populações.

No que tange ao Brasil, a redemocratização na década de 1990 e posteriormente a instituição de diversas leis, acordos e estatutos demarcaram um período fecundo para a formulação de políticas no âmbito da educação. São marcos desse período a democratização do acesso às instituições escolares, a descentralização do financiamento público, a gestão participativa e a definição do plano salarial nacional para o magistério (Zibetti et al., 2018; Silva & Oliveira, 2018). Tal cenário histórico e político pode ter sido um importante contribuinte para a larga produção científica no país sobre o assunto, assim como para a implantação da diversidade de políticas educacionais com foco nos estudos encontrados.

Os aspectos metodológicos dos artigos selecionados indicam que as pesquisas acerca da temática correspondem em sua maioria à análise de documentos ou literatura. Pesquisas empíricas ou de campo, entretanto, ainda são poucas. Nesse sentido, embora seja reconhecida a importância das análises documentais, elas podem não ser suficientes para a compreensão de como as políticas educacionais

têm se efetivado na realidade política, social e educacional. Diante dessa constatação, sugere-se o investimento em pesquisas empíricas, tendo em vista a necessidade de avanços no conhecimento sobre as políticas educacionais, além de subsidiar pesquisas posteriores, como afirmam Mainardes e Tello (2016).

Quanto às categorias analíticas delineadas neste estudo, quando são relacionadas com o aumento do número de publicações sobre o tema nos últimos anos (2011-2017) e sua origem, percebe-se a estreita relação entre política e economia. Além disso, para o entendimento dessas políticas é importante considerar que devem ir além da dimensão pedagógica e institucional, é imprescindível que ofereçam alicerce para o estabelecimento de condições objetivas e concretas, ou seja, que favoreçam a apropriação do conhecimento historicamente acumulado e que, para tanto, meciem as relações sociais e individuais.

Com os sistemas de bem-estar (*Welfare State*), os governos são responsabilizados por atender aos interesses do mercado ao mesmo tempo que devem responder às demandas de proteção social (Lessa & Tonet, 2013). Cabe ao Estado, portanto, garantir os direitos sociais, em especial o direito à educação, e com isso instituir políticas educacionais que atendam à sua realidade (Patto, 1997; Draibe, 2007; Sloan, 2009; Dimenstein, 2011; Gewirtz & Ball, 2011; Leonardo et al., 2018). Com isso, diante da instituição de diversas políticas educacionais, houve também uma alavancagem no número de pesquisas sobre esse fenômeno.

Ainda nessa direção, pode-se apontar que a maioria das nações-alvo das pesquisas encontradas são aquelas em via de desenvolvimento. Tais países, com vista a alcançar a modernização, reverter os indicadores educacionais e sociais ruins e corresponder às exigências do mercado de consumo, vêm buscando investir na educação pública e na alfabetização para a qualificação da força de trabalho por meio de planos e programas educacionais, assunto discutido nos trabalhos de Castro et. al. (2014), Amaral e Monteiro (2013), Farenzena (2012) e Bentancur e Nicolás (2012). Vale ressaltar que a base capitalista, segundo afirma Saviani (2008), favorece as classes dominantes e condiciona produções sobre a política educacional tratada de forma subordinada à política econômica.

Foram encontradas ainda outras seis pesquisas (Fajardo, 2017; Catellane & Zibetti, 2016; Ferreira et al., 2016; Werle, 2014; Tello & Almeida, 2014; Sarmiento & Fossatti, 2012) que discutiram as contradições nas políticas educacionais por meio

de diferentes situações: diversidade de modalidades de ensino, atuação dos profissionais envolvidos na área escolar e formação desses profissionais.

Atualmente, há uma valorização do conhecimento, principalmente por meio dos sistemas de avaliações nacionais que destacam as escolas com melhores resultados, sem considerar, contudo, as condições objetivas e simbólicas dos processos educativos para aprendizagem e desenvolvimento humano de todos os atores envolvidos, quer sejam alunos, professores, gestores ou demais profissionais (Leonardo et al., 2018; Zibetti et al., 2018). O discurso de democratização das oportunidades, explicando o sucesso e fracasso pela ideologia das aptidões naturais ou pelo esforço individual, fundamenta o princípio da meritocracia e tem sido uma das muitas contradições que sustentam as políticas educacionais (Dardot & Laval, 2016).

Outras contradições apontadas dizem respeito à relação entre o nível ou grau de escolaridade da população e a sua capacidade de entrar e permanecer no mercado de trabalho. Essa discussão é vista no estudo de Munhoz e Melo-Silva (2012) que discute a relação entre a escola, a sociedade e as exigências do mercado. Nesse sentido, há uma busca pela promoção educacional com vista a uma maior produtividade, qualidade e competitividade, marcas de uma economia de mercado em crescente processo de globalização, em detrimento de uma educação para formação humana ou, em outras palavras, que viabilize o processo de humanização (Saviani, 2007).

Vale ressaltar que as políticas educacionais não acontecem de maneira isolada, mas se correlacionam a outras políticas. As pesquisas sinalizam para a intersectorialidade com outras áreas de conhecimento, tais como arquitetura e assistência Social. Indicam, portanto, a possibilidade de diálogo entre a educação e as condicionalidades do Programa Bolsa Família (Amaral & Monteiro, 2013), para o uso educativo das tecnologias digitais a partir do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva (Pretto, 2011), para a relação entre o contexto educativo e a preparação para o trabalho e carreira, considerando o que estabelece o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (Munhoz & Melo-Silva, 2012) e, ainda, a avaliação do espaço urbano no entorno de escolas em tempo integral (Matiello et al., 2017).

No que se refere à relação entre políticas educacionais e Psicologia Escolar e Educacional, as pesquisas encontradas são originárias do Brasil. Evidenciou-se que, apesar de a Psicologia historicamente ter assumido um papel de contribuição para

as tendências teóricas e os ideários pedagógicos que fundamentam as práticas educacionais no Brasil (Tanamachi & Meira, 2003), e mesmo com o movimento de aproximação das políticas públicas apontadas por Barroco et al. (2018), poucos tiveram como foco a intercessão com a Psicologia Escolar e Educacional. Juntamente com isso, percebe-se que o psicólogo pouco tem participado da formulação e implantação das políticas educacionais, e não é reconhecido, no âmbito legislativo, como ator fundamental na composição da equipe escolar (Guzzo & Wechsler, 2001; Oakland & Sternberg, 2001; Guzzo, 2008), sendo uma possível explicação para a pouca produção relacionando Psicologia e políticas educacionais.

Desnuda-se, portanto, a contradição de que, embora o estudo analisado sobre políticas educacionais e correlacionadas demonstre ser um campo fecundo para a atuação do psicólogo, são poucas as pesquisas que têm em seu escopo de fato a atuação desse profissional (Urt, 2017). Os estudos encontrados (Guzzo et al., 2012; Ferreira et al., 2016) discutem, de modo incipiente, a atuação do psicólogo escolar, apontando os elementos que influenciam a entrada e permanência dele na escola e como se configura o papel do psicólogo escolar.

Corroborando isso, Martinez (2009, 2010) e Souza (2009) indicam que a implantação de políticas públicas não tem sido foco da ação dos psicólogos e das instituições escolares. Apesar disso, é preciso ponderar que, ao debaterem sobre formas emergentes de atuação no campo educacional, esses profissionais precisam, para além da dimensão psicoeducativa, considerar a dimensão psicossocial; nesse ponto, urge discutir acerca da formulação e efetivação das políticas educacionais

## 5. Considerações finais

Este estudo objetivou realizar uma revisão de literatura acerca das políticas educacionais que têm sido alvo de pesquisas nos últimos dez anos, com vistas a verificar em que medida tem sido estabelecida a relação com a Psicologia Escolar e Educacional. O tema foi objeto de investigações recentes, e identificou-se uma tendência para estudos correlacionando a educação com outras áreas de conhecimento, todavia, no que se refere à Psicologia Escolar e Educacional, esses estudos ainda são escassos.

Apesar do rigor metodológico adotado nesta pesquisa, faz-se necessário apontar algumas limitações. Tendo em vista que se trata de um recorte de pesqui-

sas realizadas a partir de determinados descritores e bases de dados específicas, tais escolhas podem ter limitado o alcance da totalidade de estudos envolvendo o fenômeno, podendo haver, por isso, estudos que não foram incluídos nesta investigação. Além disso, ao serem estabelecidos critérios de inclusão/exclusão para a busca dos artigos, não foram considerados outros tipos de documento. Porém, isso não tira a relevância do estudo realizado, mas aponta um caminho para revisões de literaturas posteriores sobre o assunto.

Em face de tais considerações, sabe-se que a instituição das diversas políticas educacionais tem propiciado a democratização do acesso à educação escolar, porém essas políticas não estão desconectadas do sistema de produção e das relações sociais e individuais dele derivadas; antes estabelecem condições objetivas e concretas de vida, e que podem implicar o processo de humanização dos sujeitos. Nesse sentido, a Psicologia, seja por meio de pesquisas ou pela atuação profissional, numa perspectiva crítica, precisa tomar ciência das determinações históricas e sociais que envolvem a sociedade, além das políticas educacionais, para assim aparelhar o caminho que a leve a assumir o papel ativo na interposição de obstáculos e na contribuição para o desenvolvimento humano.

## Referências

- Barroco, S. M. S., Matos, N. S. D., & Orso, P. J. (2018). Políticas de concentração da riqueza e crescentes desigualdades: Recuperações de histórias necessárias. In F. Neireiros, M. L. T. Zibetti, & S. M. S. Barroco, *Pesquisas em Psicologia e políticas educacionais: desafios para o enfrentamento à exclusão*. Teresina: EDUFPI.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Dimenstein, M. (2011). A ação clínica e os espaços institucionais das políticas públicas: Desafios éticos e técnicos. *V Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas: Subjetividade, Cidadania e Políticas Públicas*. Brasília: CFP.
- Draibe, S. M. (2007). Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: Algumas lições da literatura contemporânea. In G. Hochman, M. Arretche, & E. Marques (Orgs.), *Políticas públicas no Brasil* (pp. 27–64). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Fernandes, A. M. D., & Mélo, S.C.B (2016). Formação e gestão na escola: atravessamentos das políticas educacionais na ação da psicologia escolar. In Comissão de Psicologia e Educação (Org.), *Conversações em Psicologia e Educação* (pp. 151–160). Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia 5ª Região.

- Gewirtz, S., & Ball, S. J. (2011). Do modelo de gestão do “Bem-estar social” ao “novo gerencialismo”: Mudanças discursivas sobre gestão escolar no mercado educacional. In S. J. Ball & J. Mainardes (Orgs.), *Políticas educacionais: Questões e dilemas*. (pp. 193–221). São Paulo: Cortez.
- Guzzo, R. S. L. (2008) Formando psicólogos escolares no Brasil, dificuldades e perspectivas. In S. M. Wechsler (Org.), *Psicologia escolar: Pesquisa, formação e prática* (pp. 75–91). Campinas: Alínea.
- Guzzo, R. S. L. (2011). Psicologia, educação e políticas públicas. V *Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas – Subjetividade, Cidadania e Políticas Públicas*. Brasília: CFP.
- Guzzo, R. S. L., & Wechsler, S. M. (2001). Psicólogo escolar no Brasil: Padrões, práticas e perspectivas. In R. S. L. Guzzo, L. da S. Almeida, & S. M. Wechsler, *Psicologia Escolar: Padrões e práticas em países de língua espanhola e portuguesa* (pp. 41–46). Campinas: Alínea.
- Kosik, K. (1965). *Dialética do concreto*. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Leonardo, N. S. T., Rossato, S. P. M., & Constantino, E. P. M. (2018). Políticas públicas em educação e o fracasso escolar: Interlocuções com a Psicologia. In H. Campos, M. P. R. Souza, & M. G. D. Facci, *Psicologia e políticas educacionais*. Curitiba: Appris.
- Lessa, S., & Tonet, I. (2013). *Capital e Estado de Bem-Estar*. São Paulo: Instituto Lukács.
- Mainardes, J., & Tello, C. (2016). A pesquisa no campo da política educacional: Explorando diferentes níveis de abordagem e abstração. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, 24.
- Martinez, A. M. (2009). Psicologia Escolar e Educacional: Compromissos com a educação brasileira. *Psicologia Escolar e Educacional*, 13(1), 169–177. doi:10.1590/S1413-85572009000100020
- Martinez, A. M. (2010). O que pode fazer o psicólogo na escola? *Em aberto*, 23(83), 39–56. Recuperado de <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2250/2217>
- Meira, M. E. M. (2014). Psicologia Histórico-Cultural: Fundamentos, pressupostos e articulações com a Psicologia da Educação. In M. Meira & M. G. D. Facci, *Psicologia Histórico-Cultural: contribuições para o encontro entre subjetividade e a educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Momma, M. M., Cardoso, D. L., & Bryan, N. A. P. (2013). Políticas públicas: Para quem e para que projeto político-social? In E. M. M. D. Lima, L. D. Cardoso, M. A. M. Antunes, N. A. P. Bryan & A. M. Momma. Políticas públicas de educação-saúde: Reflexões, diálogos e práticas. Campinas: Alínea.
- Oakland, T., & Sternberg, A. (2001). Psicologia Escolar: Uma visão internacional. In R. S. L. Guzzo, L. da S. Almeida, & S. M. Wechsler, *Psicologia Escolar: Padrões e práticas em países de língua espanhola e portuguesa* (pp. 15–28). Campinas: Alínea.
- Patto, M. H. S. (1997). O papel social e a formação do psicólogo: Contribuição para um debate necessário. In M. H. S. Patto (Org.), *Introdução à Psicologia Escolar* (pp. 459–468). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Santos, D. (2017). *Educação e precarização profissionalizante: Crítica à integração da escola com o mercado*. São Paulo: Instituto Lukács.
- Saviani, D. (2007). Trabalho e educação: Fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, 12(34), 152–165.
- Saviani, D. (2008). *Da nova LDB ao FUNDEB: Por uma política educacional* (3a ed.). Campinas: Autores Associados.
- Secchi, L. (2014). *Políticas públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning.
- Silva, S. M. C. da., & Oliveira, A. B. de. (2018). Possibilidades de atuação do psicólogo escolar na assistência estudantil. In F. Negreiros, M. L. T. Zibetti, & S. M. S. Barroco (Orgs.), *Pesquisa em Psicologia e políticas educacionais: Desafios para enfrentamentos à exclusão*. (pp. 207–223). Curitiba: CRV; Teresina: EDUFPI.
- Sloan, T. (2009). Globalização, pobreza e justiça social: Papéis para os psicólogos. In F. Lacerda Jr. & R. de S. L. Guzzo (Orgs.), *Psicologia Social para América Latina: O resgate da Psicologia da Libertação* (pp. 223–244). Campinas: Alínea.
- Souza, M. P. R. D. (2009). Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. *Psicologia escolar e educacional*, 13(1), 179–182.
- Tanamachi, E. D. R., & Meira, M. E. M. (2003). A atuação do psicólogo como expressão do pensamento crítico em psicologia e educação. In M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes. *Psicologia Escolar: Práticas críticas* (pp. 11–62). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Teixeira, E. C. (2002). O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Recuperado de [http://www.dhnet.org.br/dados/cur-sos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cur-sos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)

Urt, S. (2017). Presenças e ausências na formação profissional em Psicologia: Um olhar das políticas públicas. In S. Urt, *Políticas educacionais e formação: Produção, projetos e ações em Psicologia*. Campo Grande: Oeste.

Vygotsky, L. S. (2007). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.

Zibetti, M. L. T., Pacífico, J. M., & Tamboril, M. I. B. (2018). A educação como direito: Considerações sobre as políticas educacionais. In H. Campos, M. P. Souza, & M. G. D., *Psicologia e políticas educacionais*. Curitiba: Appris.

### Nota dos autores

**Carolina Martins Moraes**, Departamento de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Piauí (UFPI); **Leilanir de Sousa Carvalho**, Departamento de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Piauí (UFPI); **Tatiane dos Santos Costa**, Departamento de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Piauí (UFPI); **Fauston Negreiros**, Departamento de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Piauí (UFPI); **Sandra Elisa de Assis Freire**, Departamento de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Correspondências referentes a este artigo devem ser encaminhadas para Carolina Martins Moraes, Rua Deoclécio Brito, 3180, Planalto Ininga, Teresina, PI, Brasil. CEP 64050-050. E-mail: carolinamm12@gmail.com